

# Proposta do Governo teve distorções



Mesmo com as mesas de negociação entre entidades que representam o serviço público federal e Governo, modificações que não foram discutidas com a Condsef são colocadas pelo Executivo esquecendo os acordos na mesa de negociação. Com isso, a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal é obrigada a rediscutir a então PL 2203/2011 e dar início a mais uma série de reuniões.

*(Página 4)*

*Saúde em alerta:*

## Câmara volta a aprovar projeto que propõe privatização de hospitais universitários

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 1749/11, de autoria do Executivo, que propõe a privatização da gestão nos hospitais uni-

versitários (HU's). O PL tem mesmo conteúdo da medida provisória (MP) 520/10 que caducou no Senado Federal perdendo seus efeitos. Não sa-

tisfeito com a derrota, o governo reenviou a proposta na forma de projeto de lei, ameaçando mais uma vez a saúde pública. *(Página 3)*

Foto: Thais Raeli



## Aumento de tempo do Aviso Prévio, Emenda 29 e Comissão da Verdade foram aprovados na Câmara



Na penúltima semana do mês de setembro, a Câmara dos De-

putados aprovou três importantes e polêmicos projetos que vão

interferir diretamente na vida do povo brasileiro. *(Página 2)*

## PLP 549/09: relator rejeita projeto que limita gastos com servidor

*(Página 3)*

## Mato Grosso é 6º lugar na lista de expulsões de servidores concursados

*(Página 4)*

# Aumento de tempo do Aviso Prévio, Emenda 29 e Comissão da Verdade foram aprovados na Câmara

**N**a penúltima semana do mês de setembro, a Câmara dos Deputados aprovou três importantes e polêmicos projetos que vão interferir diretamente na vida do povo brasileiro.

Para os trabalhadores, o benefício foi para a aprovação do Projeto de Lei que amplia para até 90 dias o aviso prévio que o empregador deve conceder àquele que será demitido. Pelo texto aprovado, a cada ano de trabalho, o funcionário demitido terá direito a mais três dias de aviso prévio. Se o emprego durou até um ano, não muda nada. São 30 dias de aviso prévio, conforme garante a Constituição. Com dois anos, terá 33 dias, três anos, 36 dias.

Assim vai até chegar ao teto, que é de 90 dias, o equivalente a 20 anos de trabalho.

O projeto que teve origem no Senado, tramitava na Câmara desde 1989. A proposta passou por várias comissões e foi arquivada inúmeras vezes. Agora, após a votação, a matéria segue para sanção presidencial.

## Saúde

A aprovação da Emenda 29 veio à tona depois da base aliada negociar com a presidenta Dilma Rousseff a desistência do Governo sobre a ressurreição da antiga CPMF. A regulamentação da Emenda 29, atribui responsabilidades para estados, municípios e União e estabelece

despesas no setor de saúde.

## Comissão da Verdade

Foi dado o pontapé inicial na abertura dos arquivos da ditadura com a criação da Comissão Nacional da Verdade, que pretende esclarecer os episódios ocorridos na época da ditadura, entre 1946 e 1988.

A Comissão deverá analisar casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres. Deverá identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas às ações promovidas pelos militares, durante a ditadura.

Trata-se de uma medida importante no sentido



de se conhecer um este período nebuloso da história do Brasil, que ainda deixa muitas dúvidas e herdeiros das vítimas.

Após criada, a Comis-

são da Verdade deverá encaminhar aos órgãos públicos competentes, todas as informações que possam auxiliar na localização e identificação de corpos e

restos mortais dos desaparecidos políticos do período. A proposta volta para o Senado e, em seguida, segue para sanção presidencial. *Fonte: Diap*

## Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94  
Período: 31/07/2011

### Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	319,28	
EXERCITO	4.841,06	
MIN EDUCACÃO (MEC)	24,42	
MIN AGRICULTURA	3.511,13	
MIN FAZENDA	2.793,40	
MIN JUSTIÇA	48,60	
POLICIA FEDERAL	33,08	
MIN AERONÁUTICA	63,30	
MPAS/SAS	215,51	
MIN SAUDE	14.849,24	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.970,39	
UFMT	399,09	
FUNAI	7.620,53	
MME	139,42	
D N P M	81,32	
FUNASA	10.272,59	
A N V S	58,20	
D N I T	902,24	
AGU	262,32	
IBAMA	1.062,32	
MIN COMUNICAÇÕES	753,13	
INCRA	8.237,83	
MIN TRANSPORTES	5.483,52	
INSS	1.134,70	
MIN MARINHA	236,60	
CONAB	1.622,85	
D P R F	98,56	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	162,31	
SERPRO	12,01	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
DRT	190,20	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	
		67.609,84
( = ) Receita Líquida	2.000,00	67.609,84
( = ) Superávit Bruto		67.609,84
( - ) Despesas Operacionais		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	6.050,22	
FÉRIAS + 1/3	5.125,70	
FGTS	604,13	
INSS	2.742,42	
VALE TRANSPORTE	690,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	439,74	
RESCISÃO DE CONTRATO	4.750,00	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.916,66	
PARCELAMENTO INSS	1.561,27	
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	816,98	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.600,00	
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	114,44	
		35.478,28

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	2.651,80	
ENERGIA ELÉTRICA	664,02	
ÁGUA E ESGOTO	20,58	
MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA	13,66	
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	842,89	
LANCHES E REFEIÇÕES	340,26	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	902,24	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	4,00	
CORREIOS E POSTAGENS	2.589,80	
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	157,00	
VIAGENS E ESTADIAS	7.092,90	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,39	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
DESPESAS TÁXI	82,00	
PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	3.961,25	
JORNAIS E REVISTAS	500,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	477,00	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	289,10	
MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	87,90	
JORNAL O COMPROMISSO	1.500,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.200,00	
AJUDA DE CUSTO	5.730,00	
CUT NACIONAL	1.765,50	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	987,13	
PARALIZAÇÃO INCRA	250,00	
CARAVANA BRASÍLIA	500,00	37.264,42
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	200,34	
TARIFAS BANCÁRIAS	104,62	304,96
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	95,39	95,39
( = ) Superávit Operacional		-5.533,21
( = ) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-5.533,21

MARIA DE JESUS DA SILVA  
CONTABILISTA  
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA  
PRESIDENTE  
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT  
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: **Thais Raeli DRT 26 645/RJ**

Telefone (21) 8058-3771 E-mail: [jornalista@gmail.com](mailto:jornalista@gmail.com)

Diagramação/Edição de Arte: **Mario Pulcherio Filho - 9214-8099**

Fotos: **Chico Venâncio**

**DIRETORIA EXECUTIVA:** CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENEICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTES DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/ CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TUTELAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

Saúde em alerta:

# Câmara volta a aprovar projeto que propõe privatização de hospitais universitários

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 1749/11, de autoria do Executivo, que propõe a privatização da gestão nos hospitais universitários (HU's). O PL tem mesmo conteúdo da medida provisória (MP) 520/10 que caducou no Senado Federal perdendo seus efeitos. Não satisfeito com a derrota, o governo reenviou a proposta na forma de projeto de lei, ameaçando mais uma vez a saúde pública.

Ao invés de criar uma empresa para administrar os HU's com dinheiro público o que a Condsef e suas filiadas defendem é o fortalecimento do SUS, a reestruturação da carreira dos profissionais que atuam na saúde pública, além de investimento na contratação e capacitação desses traba-



Péssimas condições do hospital universitário da UFRJ. Governo quer privatizar a saúde, mas não se preocupa com as condições de suas instalações

lhadores. A saúde é dever do Estado e cabe a

ele administrar com responsabilidade o dinheiro

recolhido dos impostos oferecendo atendimento

que a natureza da empresa que o PL 1749/11 bus-

de qualidade à população.

Diante da possibilidade de privatização dos hospitais universitários e apesar do relator do PL, deputado Danilo Forte, ter garantido que o projeto não vai privatizar os hospitais, o Psol estuda a possibilidade de questionar a constitucionalidade do PL na Justiça. O deputado Chico Alencar destacou que a Constituição determina que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis. Acrescentou

ca criar vai de encontro à autonomia das universidades públicas uma vez que permite a criação de subsidiárias, como no setor privado. O Psol já havia movido uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a MP 520/10.

**Mobilização para derrubar PL no Senado**

A Condsef e suas filiadas continuarão a buscar a derrubada desta proposta no Congresso. Assim como ocorreu quando a MP 520/10 tramitava, as entidades contrárias à privatização da saúde voltaram ao Senado para solicitar que a proposta seja definitivamente barrada e derrubada. A mobilização deve ser redobrada e a vigilância a este e outros projetos considerados prejudiciais vai continuar forte.

## Comissão de Trabalho aprova aposentadoria especial do servidor

Na quarta-feira (5), a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou, entre outras proposições, o projeto que regulamenta

a aposentadoria especial do servidor. A relatora, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria no colegiado, que foi acom-

panhado por unanimidade pelos demais membros do colegiado na Comissão de Trabalho da Câmara.

O projeto em exame, PLP 555/2010, do Poder Executivo, regulamenta o

inciso III do parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades

sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. A matéria será analisada ainda pelas comissões de Seguridade Social e Família;

Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça. A proposta seguirá ainda para o plenário da Casa em votação em dos turnos.

(Fonte: Diap)

## PLP 549/09: relator rejeita projeto que limita gastos com servidor

Relator do projeto de lei complementar (PLP) 549/09 na Comissão de Tributação e Finanças, o deputado Pepe Vargas, tornou público, na sexta-feira, 16 de setembro, relatório em que dá parecer contrário a aprovação da proposta que limita investimentos públicos pelos próximos dez anos. De autoria do Senado Federal, o PLP 549/09 estabelece limites rígidos para despesas com pessoal e encargos sociais da União. O projeto limita ainda obras, instalações e investimentos ligados a melhorias da administração pública.

O relatório de Pepe acompanha a avaliação feita pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público na Câmara dos Deputados que, em maio de 2010, votou por unanimidade pela rejeição



Diretores do Sindsep-MT em passeata em Brasília. Derrubada da PLP 549/09 está entre as bandeiras de luta dos servidores federais

do PLP 549/09. Uma das críticas ao PLP diz respeito ao mérito do projeto. A

administração pública já conta com a Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF), criada justamente para controlar "gastos" públicos.

Pela lei, a União deve utilizar até 50% da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal e encargos sociais. Este limite nunca foi ultrapassado, ao contrário, ao longo dos anos diminuiu. Em 2000, o percentual da LRF foi de 40,1%, enquanto em 2010, que já considera a proposta orçamentária para 2011, fechou em 35,5%. A LRF também estabelece limites para Estados (60%) e Municípios (60%). O relator aponta que o PLP 549/09, no entanto, impõe novos limites apenas para a União. Vargas ainda acrescenta que os números de gestão fiscal da União mostram que o nível de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas com pessoal e encargos encontra-se bem abaixo dos limites previstos na LRF.

**Pressão e mobilização contra PLP 549/09**

A Condsef e o Sindsep-MT esperam que o PLP receba rejeição unânime também na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara. O projeto ainda passa por outras comissões antes de seguir para votação em Plenário no Congresso Nacional. Em conjunto com suas filiadas, a Condsef vai continuar pressionando e buscando apoio de parlamentares pela derrubada desta proposta. O PLP 549/09 vai de encontro às necessidades reais da população brasileira que paga a maior taxa de impostos do mundo e tem direito a utilização adequada desses recursos com a garantia de serviços públicos de qualidade. (Fonte: Condsef)

# Proposta do Governo teve distorções

**M**esmo com as mesas de negociação entre entidades que representam o serviço público federal e Governo, modificações que não foram discutidas com a Condsef são colocadas pelo Executivo esquecendo os acordos na mesa de negociação. Com isso, a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal é obrigada a rediscutir a então PL 2203/2011 e dar início a mais uma série de reuniões.

Para o secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef), Josemilton Costa, “só a mobilização dos trabalhadores em apoio às negociações que já estamos fazendo com o governo em Brasília que é baseada no documento elaborado pela Confederação com todos os pon-



tos divergentes do PL 2203 vai conquistar as

devidas correções. Também por esse motivo, a

Condsef já montou um calendário de atividades

desde agora até o início do ano que vem”.

(Confira o calendário na tabela abaixo).

## CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO DA CONDSEF

2011/2012

**7 de Outubro** - Plenária da Cultura  
**14 de Outubro** - Plenária do Inbra  
 21 e 22 De Outubro - Encontro da Saúde  
**5 de Novembro** - Encontro Órgãos Militares  
**8 de Novembro** - Encontro da Agricultura E Reunião Da Lba  
**9 de Novembro** - Ato Público  
**10 de Novembro** - Plenária Nacional da Condsef  
**11 de Novembro** - Conselho Deliberativo de Entidades  
**2 de Dezembro** - Encontro Transportes  
**3 de Dezembro** - Encontro Educação  
**4 a 7 de Abril** - Plenária Estatutária da Condsef

## CONDSEF APRESENTA AJUSTES AO PL 2203 (Veja alguns itens)

### · NÃO A PROPORCIONALIZAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES

Servidores querem a retirada do dispositivo do PL 2203 que proporciona gratificações nos setores onde os trabalhadores cumprem jornada inferior a 40 horas.

### · NÃO A PRECARIZAÇÃO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES

Governo quer impor limite mínimo de sessenta meses desde o início do recebimento de qualquer gratificação para que o servidor possa levá-la para a aposentadoria.

### · NÃO A MODIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE PAGAMENTO DE ADICIONAIS

Governo quer transformar percentuais relativos aos adicionais de insalubridade e periculosidade que hoje incidem sobre vencimento básico em vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI). Para a Condsef, essa transformação significa redução de vencimentos, já que a VPNI vai desaparecendo conforme os servidores forem conquistando novos reajustes.

### · DNOCS QUER CÁLCULO A PARTIR DE VB ATUAL

Governo quer fazer cálculo para o estabelecimento de VPNI para servidores do Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS) em cima do vencimento básico que os servidores ganhavam em 2006. Para a confederação e para os trabalhadores cálculo deve ter como base o VB atual.

### · SERVIDORES QUEREM CLAREZA NA REGULAMENTAÇÃO DA GDAM

No PL 2203, o governo não especificou a autoridade competente que ira editar regulamentação da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas.

### · TECNOLOGIA MILITAR

Falta a adequação dos valores da GQ do nível intermediário à legislação vigente.

(Fonte: Condsef/Sintrasef)

## Mato Grosso é 6º lugar na lista de expulsões de servidores concursados

O Estado de Mato Grosso, com 93 casos de punições expulsivas está em 6º lugar em comparativo aos 26 estados e o Distrito Federal. Os dados são do relatório da Controladoria Geral da União (CGU), divulgado no início do mês de agosto referente ao período entre 2007 e julho de 2011,

Em todo o Brasil, o Governo Federal expulsou 98 servidores envolvidos em diversos tipos de irregularidades no último mês de julho, número recorde se comparado a qualquer outro mês desde 2003. O

total de punições também é o maior desde janeiro. São 328 casos.

De acordo com dados da CGU, as demissões somaram exatos 2.812 casos; as destituições de cargos em comissão, 281; e as cassações de aposentadorias, 204. O principal motivo das expulsões, entre os relacionados com a prática de corrupção, foi o valimento do cargo para obtenção de vantagens, que respondeu por 1.751 casos (32,23%). A improbidade administrativa vem a seguir, com 1.056 casos (19,44%), enquanto as si-

tuações de recebimento de propina somaram 304 casos (5,60%). Totalizando, são 3297 penas punitivas em 2011.

O estado do Rio de Janeiro está no topo do ranking de expulsões de servidores federais estatutários. Desde 2009, o Rio vem mantendo o primeiro lugar na lista das punições expulsivas, totalizando 358 desde 2007. Até julho de 2011 já foram 61 casos, mais da metade se comparado ao total de cada um dos quatro anos anteriores.

Entre as pastas federais, o Ministério da Pre-

vidência Social soma o maior número de expulsões nesses nove anos apontados no diagnóstico da CGU. Da média de 40.518 servidores, foram 823 (24,96%) que tiveram que se afastar. No segundo lugar, vem o Ministério da Educação e Cultura. De 187.510 servidores (média), 527 (15,98%) já não fazem mais parte do quadro.

Os dados são somente aos servidores concursados que significam 531.146, segundo o boletim oficial do Ministério do Planejamento Orçamento

e Gestão (Mpag). Ou seja, não apresentam os servidores dos cargos de DAS (indicações), por isso, quatro pastas não contabilizam expulsões. São os ministérios do Turismo, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Pesca e Agricultura. Esses órgãos são também os que menos têm concursados, entre 258 e 603 no quadro de contratações.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, o problema de corrup-

ção se agrava com as indicações políticas e os maiores escândalos do Governo estão atrelados a essas amarras dos conhecidos cargos de confiança. “Seja concursado ou DAS, é uma vergonha ver que o serviço público fica refém de quem não têm comprometimento com a Nação. Mas, não podemos deixar que os escândalos manchem a imagem dos trabalhadores que são honestos e se dedicam. Esses são a maioria e sofrem com os desmontes dos ministérios”, desabafou o presidente.